

RESENHA ECONÔMICA

QUADROS E COMENTÁRIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA E MUNDIAL

11

11ª Edição

Brasil avança, mas desaceleração, juros e endividamento acendem o sinal de alerta.

3 DE SETEMBRO DE 2026



SOBRE ESSA RESENHA ECONÔMICA



Esta publicação possui **finalidade exclusivamente educacional e informativa**, reunindo indicadores, notícias e análises sobre a economia brasileira e internacional, extraídos de fontes públicas e amplamente acessíveis, como boletins econômicos, relatórios financeiros, revistas especializadas e veículos de imprensa.

Seu objetivo é oferecer um **panorama atualizado dos principais temas econômicos**, contribuindo para a compreensão das tendências, riscos e possíveis impactos sobre empresas, mercados e a economia.

As informações apresentadas constituem uma **compilação de diferentes fontes e visões de mercado**, não representando opinião ou análise formal da **ANEFAC** ou da **ADVB**.

Notícias, imagens, gráficos e demais conteúdos de terceiros são utilizados exclusivamente como **referência para análise e debate econômico**, permanecendo os respectivos **direitos autorais** pertencentes aos seus titulares.

O conteúdo restringe-se à análise de cenários econômicos, **sem abordagem de questões de natureza político-partidária**.

Boletim FOCUS semanal



Boletim FOCUS de 28-ago-26 - publicado em 31-agosto-26

ANO	PROJEÇÕES		VAR%
	HÁ 1 SEMANA	SEMANA ATUAL	

INFLAÇÃO
META
BACEN

TOLERANCIA	
ABAIXO	ACIMA
-1,50%	1,50%

IPCA - INFLAÇÃO

2026	5,02%	5,01%	-0,01%	↓
2027	4,25%	4,28%	0,03%	↑
2028	3,80%	3,80%	0,00%	==
2029	3,50%	3,50%	0,00%	==

3,00%	1,50%	4,50%
3,00%	1,50%	4,50%
3,00%	1,50%	4,50%
3,00%	1,50%	4,50%

PIB BRASIL

2026	1,95%	1,92%	-0,03%	↓
2027	1,50%	1,50%	0,00%	==
2028	1,98%	1,98%	0,00%	==
2029	2,00%	2,00%	0,00%	==



Focus - Relatório de Mercado

Pesquisa diária sobre o cenário econômico com 140 instituições financeiras – bancos, gestoras de recursos, consultorias e associações.

CÔRES NAS VARIAÇÕES

- é bom
- é neutro
- não é bom

SELIC no final do ano

2026	13,75%	13,75%	0,00%	==
2027	12,00%	12,00%	0,00%	==
2028	10,50%	10,50%	0,00%	==
2029	10,00%	10,00%	0,00%	==

DATAS DAS REUNIÕES 2026 COPOM-BRASIL E FOMC-EUA



BRASIL

COPOM

1	276 ^a	27 e 28 de janeiro
2	277 ^a	17 e 18 de março
3	278 ^a	28 e 29 de abril
4	279 ^a	16 e 17 de junho
5	280 ^a	4 e 5 de agosto
6	281 ^a	15 e 16 de setembro
7	282 ^a	3 e 4 de novembro
8	283 ^a	8 e 9 de dezembro

ESTADOS UNIDOS

FOMC

1	27 e 28 de janeiro
2	17 e 18 de março
3	28 e 29 de abril
4	16 e 17 de junho
5	28 e 29 de julho
6	15 e 16 de setembro
7	27 e 28 de outubro
8	8 e 9 de dezembro

NESSAS DATAS SÃO DECIDIDAS AS TAXAS DE JUROS

JUROS — BRASIL E ESTADOS UNIDOS

As próximas reuniões de política monetária do Banco Central do Brasil e do Federal Reserve, previstas para 15 e 16 de setembro, respectivamente, serão acompanhadas com especial atenção pelos mercados.

Brasil: prevalece a expectativa de continuidade do ciclo de redução da Selic, atualmente em 14,00% a.a., porém em ritmo cauteloso.

Estados Unidos: o cenário tornou-se mais incerto após o Federal Reserve sinalizar preocupação com a persistência da inflação. O mercado passou a considerar tanto a manutenção dos juros quanto a possibilidade de nova elevação.

Impacto para o Brasil: juros americanos mais elevados podem fortalecer o dólar, pressionar as expectativas de inflação e reduzir o espaço para cortes mais rápidos da Selic.

Resumo

“A inflação doméstica abre espaço para redução da Selic; o cenário externo, o câmbio e as incertezas fiscais limitam a velocidade dessa redução”.

PIB - 2º TRIM-26

exame.

01-SET



BRASIL

0 min

Brasil registra a 5ª maior alta do PIB no mundo no 2º trimestre de 2026

Economia brasileira avançou 0,5% no trimestre e ficou atrás apenas de Irlanda, Indonésia, Angola e Malásia

PIB - 2º TRIM-26



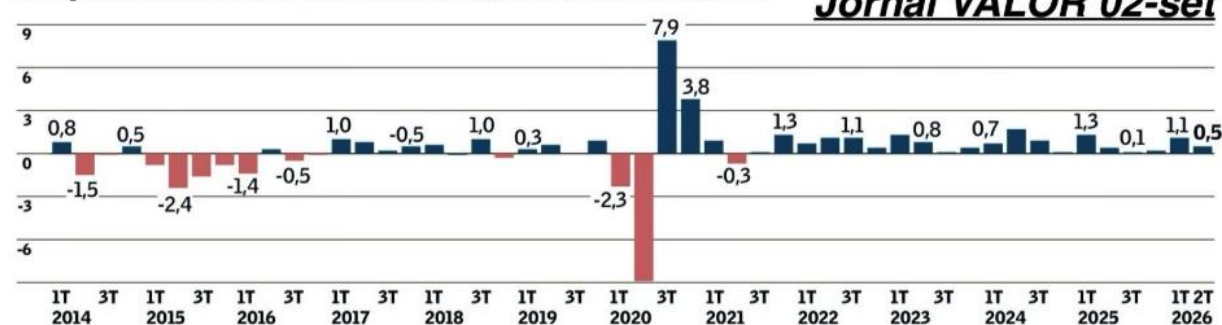
Conjuntura Alta de 0,5% tem retração do consumo das famílias e é puxado por setores não cíclicos, alta pontual do agronegócio e indústria extrativa

PIB desacelera no 2º tri e deve perder mais fôlego no segundo semestre

Desaceleração

Economia brasileira perde força, após forte alta no começo do ano

Variação do PIB nacional ante o trimestre imediatamente anterior, em %



Jornal VALOR 02-set

Componentes do PIB

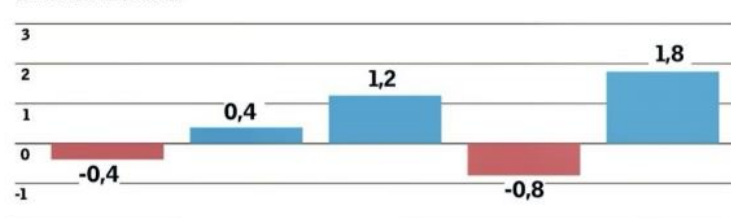
Variação em relação ao 1º tri de 2026, em %

Ótica da oferta



	Agropecuária	Indústria	Serviços
Var. em relação ao 2º tri/2025	6,8%	1,5%	1,5%

Ótica da demanda



	Consumo das famílias	Consumo do governo	Investimento	Exportações	Importações
Var. em relação ao 2º tri/2025	0,5%	3,1%	1,4%	3,8%	5,5%

De São Paulo e do Rio

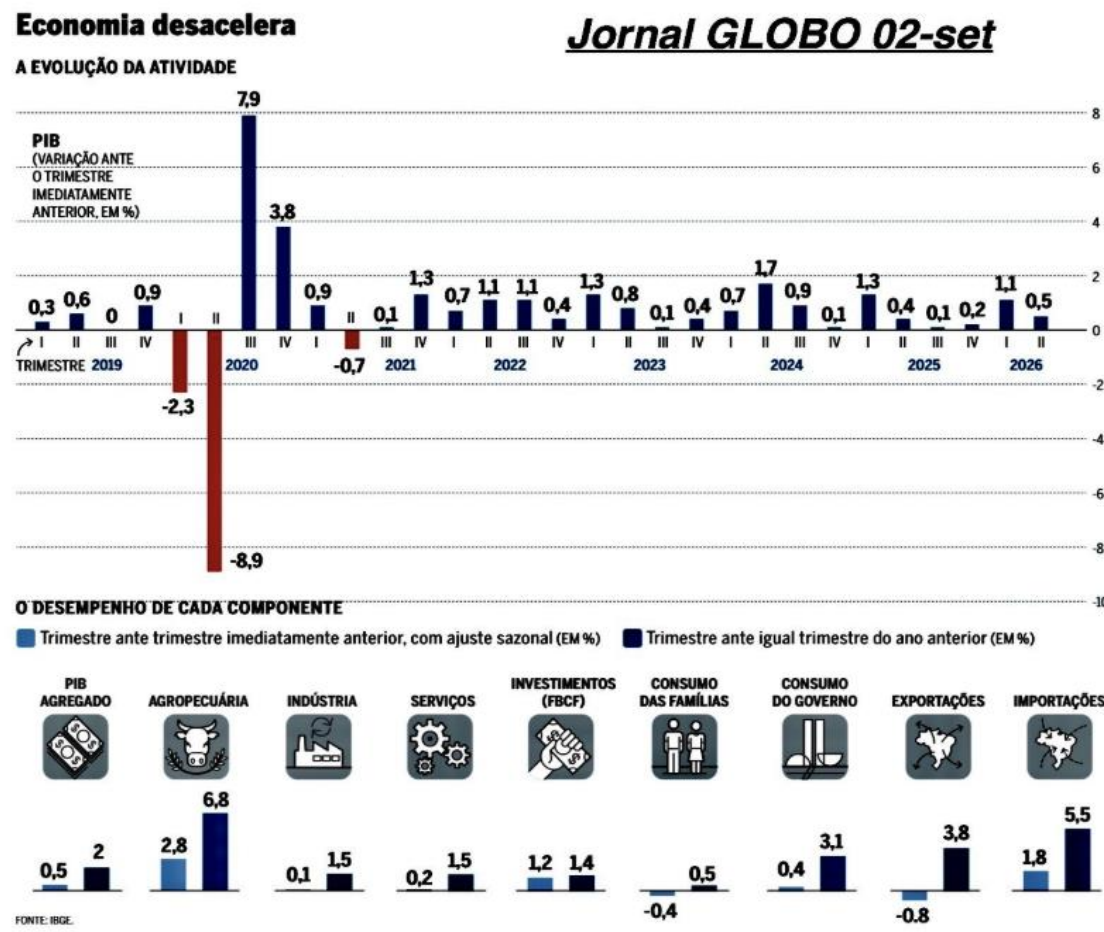
Mesmo com alta levemente acima do esperado, o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) do país no segundo trimestre revela intensa desaceleração na sua composição. Num contexto de alto endividamento e juros ainda elevados, a atividade, do lado da oferta, foi puxada por setores não cíclicos, ou seja, menos sensíveis à política monetária, como agropecuária e indústria extrativa. Do lado da demanda, o consumo das famílias recuou, os investimentos desaceleraram e o setor externo subtraiu PIB, com contribuição positiva maior da alta de estoques e um pouco menor do consumo do governo.

Os resultados reforçam perspectiva de atividade próxima da estagnação nos próximos dois trimestres, segundo economistas.

FAMÍLIAS ENDIVIDADAS

PERDA DE FÔLEGO

PIB cresce 0,5% no segundo trimestre com queda no consumo em cenário de juro alto



CAROLINA NALIN
E VINICIUS NEDER
economia@oglobo.com.br
RIO DE BRASÍLIA

O Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos na economia, perdeu fôlego no segundo trimestre e cresceu 0,5% ante os três primeiros meses do ano, quando o avanço foi de 1,1% ante o quarto trimestre de 2025, informou ontem o IBGE. A fredda foi puxada pelo consumo das famílias, que caiu 0,4% na comparação com o primeiro trimestre.

A desaceleração era esperada —as projeções de analistas apontavam para crescimento de 0,4%, segundo pesquisa do jornal Valor—, mas a queda no consumo das famílias não estava no radar de economistas. Isso colocou as projeções em “viés de baixa”. Há possibilidade de o crescimento econômico deste ano ficar abaixo do 1,9% apontado atualmente pelas estimativas de mercado.

Brasil cai no ranking global do 1º semestre

Cenário global

Brasil fica na turma do meio no ranking do PIB

Jornal VALOR 02-set

Crescimento acumulado do PIB no ano, em %

1º	Angola	4,2	
2º	Taiwan	3,9	
3º	Irlanda	3,2	
4º	Israel	3,0	
5º	Indonésia	2,9	
6º	Eslovênia	2,9	
7º	Cingapura	2,6	
8º	Malásia	2,5	
9º	Coreia do Sul	2,4	
10º	Hong Kong	2,3	
11º	China	2,2	
12º	Sérvia	2,0	
13º	Colômbia	1,9	
14º	Dinamarca	1,8	
15º	Lituânia	1,7	
16º	Polônia	1,6	
17º	Brasil	1,6	
18º	Filipinas	1,5	
19º	Suécia	1,5	
20º	Turquia	1,4	
21º	Tunísia	1,4	
22º	Espanha	1,3	
22º	Letônia	1,3	
22º	Bulgária	1,3	
25º	Chipre	1,3	

26º	Estônia	1,3	
27º	Peru	1,2	
27º	Finlândia	1,2	
27º	Hungria	1,2	
30º	Noruega	1,1	
31º	México	1,1	
32º	Reino Unido	1,0	
33º	EUA	0,9	
34º	Canadá	0,9	
34º	Portugal	0,9	
36º	Japão	0,8	
37º	Holanda	0,7	
37º	Alemanha	0,7	
39º	República Tcheca	0,6	
40º	Islândia	0,6	
41º	Itália	0,5	
42º	Eslováquia	0,4	
43º	Tailândia	0,4	
44º	Croácia	0,3	
45º	Bélgica	0,2	
45º	Áustria	0,2	
47º	Romênia	-0,1	
48º	França	-0,2	
49º	Chile	-0,3	
50º	Arábia Saudita	-6,0	

Fontes: agências de estatísticas dos países

Álvaro Fagundes

De São Paulo

Depois de um começo de ano forte, a economia brasileira desacelerou no segundo trimestre e despencou no ranking do desempenho do PIB no acumulado dos seis primeiros meses de 2026.

Com crescimento de 1,6% no primeiro semestre, o PIB brasileiro ficou em 17º lugar entre 50 localidades que já divulgaram seus resultados até junho, em um cenário em que países com farmacêuticas e fabricantes de semicondutores (essenciais para a inteligência artificial) se destacaram.

O desempenho acima do previsto por analistas no segundo trimestre foi insuficiente para manter o Brasil entre os melhores resultados: o crescimento de 0,5% na comparação com o primeiro trimestre colocou o PIB brasileiro na 27ª posição entre o grupo de 50 países.

No primeiro trimestre, quando houve avanço de 1,1%, o Brasil ficou em décimo lugar entre esse mesmo grupo de 50 países.

COMENTÁRIOS PIB - 2º TRIM-26



- **CRESCIMENTO POSITIVO, MAS EM DESACELERAÇÃO**

O PIB brasileiro cresceu **0,5% no 2º trimestre**, acima de algumas expectativas do mercado, porém com forte desaceleração frente ao crescimento de **1,1% no 1º trimestre**.

- **DESTAQUE INTERNACIONAL NO TRIMESTRE**

O crescimento de 0,5% colocou o Brasil entre os países de melhor desempenho no 2º trimestre, registrando a **5ª maior alta** no levantamento apresentado. Entretanto, quando considerado o **1º semestre como um todo**, o Brasil aparece apenas na **17ª posição**, com crescimento acumulado de **1,6%**.

- **AGROPECUÁRIA SUSTENTOU O RESULTADO**

Pela ótica da oferta, a **agropecuária avançou 2,8%**, enquanto indústria (+0,1%) e serviços (+0,2%) apresentaram crescimento bastante modesto. Isso indica uma expansão pouco disseminada entre os principais setores da economia.

- **CONSUMO DAS FAMÍLIAS ACENDE SINAL DE ALERTA**

O consumo das famílias **recuou 0,4%** no trimestre. Juros ainda elevados e endividamento das famílias ajudam a explicar a perda de força da demanda doméstica.

• INVESTIMENTOS AINDA CRESCEM

A formação bruta de capital fixo — indicador dos investimentos — avançou **1,2%**, um ponto positivo para a capacidade produtiva futura, embora também tenha apresentado perda de ritmo.

• PERSPECTIVA PARA O 2º SEMESTRE

Os dados indicam que a economia brasileira continua crescendo, porém **em velocidade menor**. A combinação de juros elevados, menor consumo das famílias e perda de dinamismo da atividade aumenta a possibilidade de crescimento mais moderado nos próximos trimestres.

EM DESTAQUE

“O PIB do 2º trimestre surpreendeu positivamente no número agregado, mas sua composição revela perda de fôlego da economia, com consumo das famílias em queda e baixo crescimento da indústria e dos serviços.”

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO O IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) teve deflação ao registrar taxa de -0,4% em agosto, apontam dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgados nesta quarta-feira (26).

A deflação ocorre quando um índice de preços cai em determinado período. A taxa negativa é o contrário da inflação —alta do custo de bens e serviços.

O IPCA-15 foi puxado para baixo pelo desconto do bônus de Itaipu na conta de luz, cujos preços caíram 6,25% em agosto. Esse alívio, porém, é temporário e tende a ser revertido já em setembro.

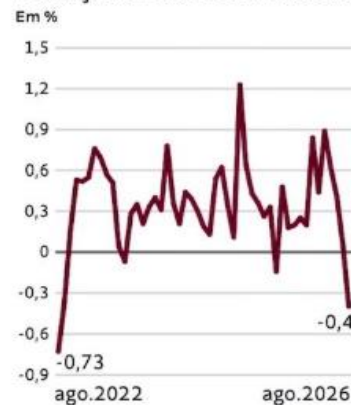
Passagem aérea, alguns alimentos e combustíveis também mostraram recuo de preços em agosto e ajudaram a reduzir o índice, que havia subido 0,06% em julho.

É a primeira vez que o IPCA-15 registra deflação desde agosto de 2025 (-0,14%). O recuo de preços é o maior em quatro anos, desde agosto de 2022 (-0,73%).

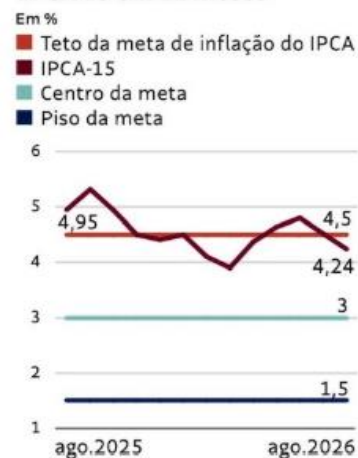
A taxa de -0,4% caiu mais do que o previsto pelo mercado financeiro. A mediana das estimativas para este mês era de -0,32%, conforme a agência Bloomberg.

Segundo analistas, itens mais voláteis, como a passagem aérea, além dos alimentos, baixaram mais do que o esperado. Isso explicaria a surpresa com o recuo mais intenso do IPCA-15.

Variação mensal do IPCA-15



Variação acumulada pelo IPCA-15 em 12 meses



Fonte: IBGE

Jornal FOLHA 27-ago

IPCA-15 tem deflação de 0,4% em agosto, a maior em 4 anos, puxada por bônus de Itaipu

Índice do IBGE baixa mais do que o esperado, e prévia de alta para 12 meses desacelera a 4,24%; alimentos e combustíveis também recuam

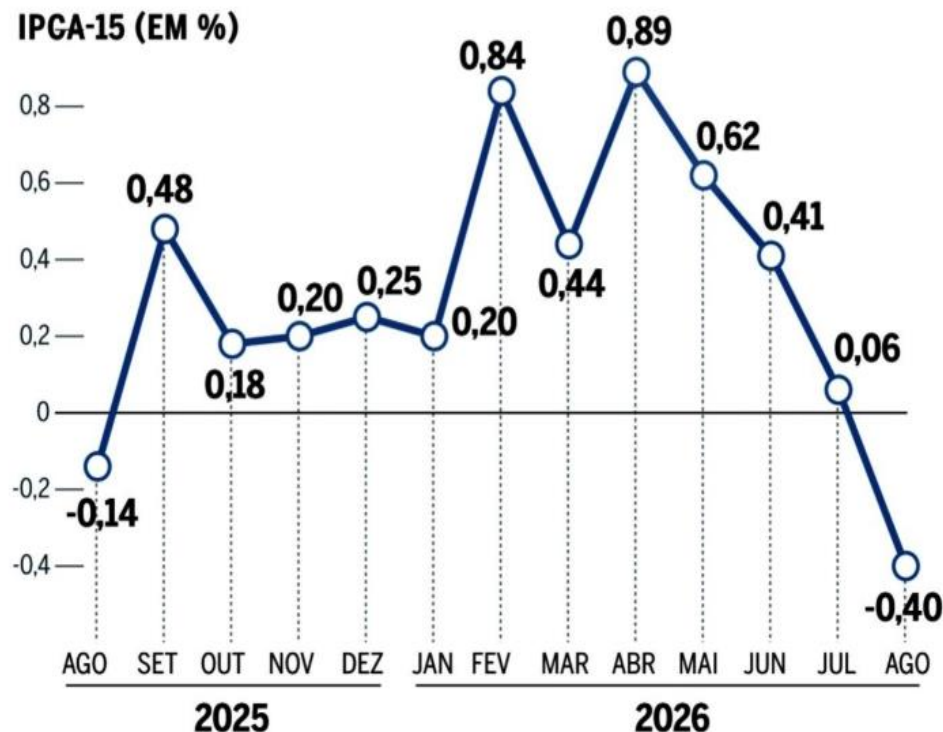
IPCA-15 tem deflação no mês com bônus de Itaipu

IBGE apura queda de 0,4% no indicador que é a prévia da inflação oficial usada no regime de meta. Energia, passagens aéreas e alimentos puxam preços para baixo, e resultado é melhor do que o esperado pelo mercado

CAROLINA NALIN
carolina.nalin@infoglobo.com.br

A variação do índice

IPCA-15 (EM %)



FONTE IBGE

Jornal GLOBO 27-ago

CAÍRAM

	Luz residencial	-6,25%
	Tomate	-27,38%
	Passagens aéreas	-13,30%
	Gasolina	-1,23%

SUBIRAM

	Leite longa vida	+3,41%
	Cigarro	+5,56%
	Frutas	+3,11%
	Lanche fora de casa	+0,75%

O IPCA-15 registrou deflação de 0,40% em agosto, puxada pelo alívio na conta de luz por causa do bônus de Itaipu. A queda foi maior que a esperada por analistas, que projetavam recuo de 0,31% no mês, segundo mediana das estimativas reunidas pelo Valor Data. Em 12 meses, o índice acumula alta de 4,24%, abaixo dos 4,52% registrados nos 12 meses anteriores e do teto de 4,5% da meta de inflação estabelecida para o indicador oficial, o IPCA. Economistas avaliam, no entanto, que o alívio pode ser temporário.

Custo de vida Indicador

IPCA-15 tem queda de 0,4% em agosto

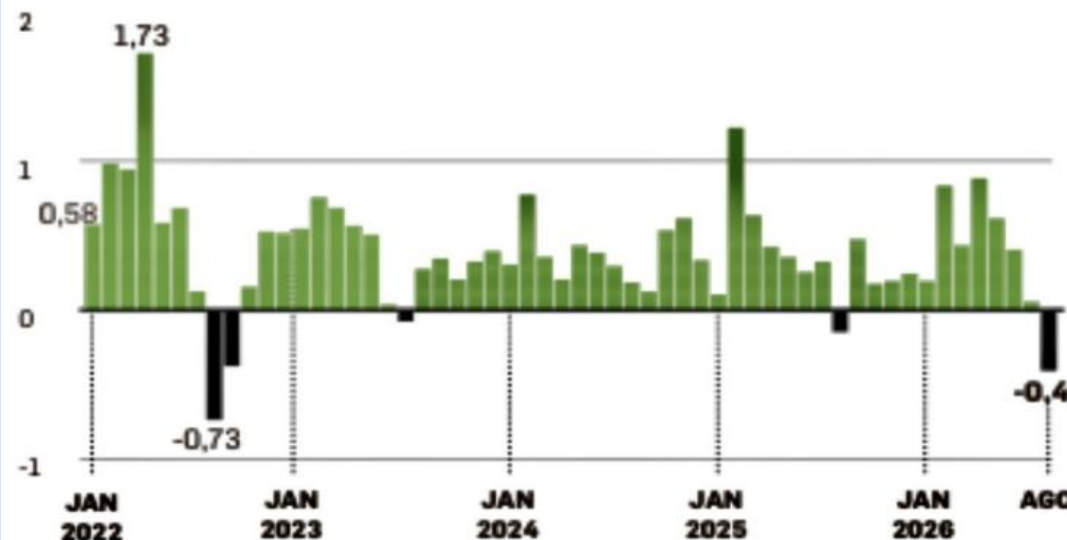
Índice, considerado prévia da inflação oficial, foi influenciado pelo bônus de Itaipu, que reduziu preços das contas de luz; variação acumulada em 12 meses ficou em 4,24%

IPCA-15

Jornal ESTADÃO 27-ago

Variação mensal

EM PORCENTAGEM



FONTE: IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Deflação de agosto traz alívio no curto prazo, mas o cenário ainda é desafiador para levar o índice até o centro da meta

A deflação registrada pelo IPCA-15 em agosto melhora um pouco o cenário de curto prazo, mas a inflação no País ainda apresenta uma dinâmica desafiadora, avaliam economistas de bancos e gestores. Gabriel Pestana, economista da Genial Investimentos, nota que, à primeira vista, a leitura do índice parece favorável, mas foi influenciada principalmente por itens voláteis.

Segundo ele, a composição foi mais benigna em alimentação e em alguns bens industriais, o que contribui para um quadro mais comportado. Ainda assim, ele observa que a surpresa baixista teve peso importante de passagens aéreas, o que reduz a força do dado como evidência de uma desinflação mais disseminada. “O principal ponto de atenção segue sendo os serviços”, disse.

Prévia da inflação *Jornal VALOR 27-ago*

Energia elétrica puxa IPCA-15 para baixo em agosto

Variação mensal, em %



Variação 12 meses, em %



Preço da energia elétrica caiu **6,25%** em agosto

Queda de agosto é ligada ao pagamento do bônus de Itaipu*

Item teve influência de **-0,26 ponto percentual** no IPCA-15 do mês

Deflação de energia foi a mais intensa desde janeiro de 2025 (**-15,46%**)

Fonte: IBGE. * Bônus de Itaipu é uma espécie de crédito que considera a conta de comercialização de energia da usina hidrelétrica e contribui para a queda da conta de luz dos consumidores residenciais

Marcelo Osakabe
e Lucianne Carneiro
De São Paulo e Rio

Ajudado amplamente pelo bônus de Itaipu, que barateia temporariamente as contas de eletricidade, a prévia da inflação de agosto caiu mais que o esperado e registrou a maior deflação para aquele mês desde 2022. Apesar da melhora, a leitura qualitativa não foi tão boa, avaliam economistas.

Após alta de 0,06% em julho, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) caiu em 0,40% em agosto, informou o IBGE. O resultado veio no piso das projeções de analistas de consultorias e instituições financeiras consultados pelo Valor Data, que variava entre -0,40% a -0,18% e tinha mediana de -0,31%.

No acumulado em 12 meses, o indicador marcou 4,24%, de 4,52% em julho. Assim, ficou abaixo do piso das estimativas colhidas pelo Valor Data, que vieram entre 4,27% e 4,48%. Ele também voltou ao intervalo de tolerância da meta perseguida pelo Banco Central, que tem centro em 3% e intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima.

Conjuntura Resultado de agosto mostra queda de 0,4% nos preços, ajudado por bônus de Itaipu, que derrubou valor das contas de luz

Prévia do IPCA tem deflação, mas preocupações persistem

INFLAÇÃO APRESENTA ALÍVIO, MAS EXIGE CAUTELA

- **DEFLAÇÃO SURPREENDE POSITIVAMENTE**

O IPCA-15 registrou **queda de 0,40% em agosto**, resultado melhor que o esperado pelo mercado e a maior deflação mensal para agosto desde 2022. Nos últimos 12 meses, o índice recuou de **4,52% para 4,24%**.

- **INFLAÇÃO VOLTA AO INTERVALO DE TOLERÂNCIA**

Com 4,24% em 12 meses, o IPCA-15 ficou **abaixo do teto de 4,50%** do intervalo de tolerância da meta de inflação. É uma melhora importante em relação aos meses anteriores, embora o índice permaneça distante do **centro da meta, de 3,00%**.

- **ENERGIA ELÉTRICA FOI DETERMINANTE**

A principal contribuição para a deflação veio da **energia elétrica residencial, que caiu 6,25%**, influenciada pelo bônus de Itaipu. Também contribuíram para a queda passagens aéreas (-13,30%), gasolina (-1,23%) e alguns alimentos.

- **PARTE DO ALÍVIO É TEMPORÁRIA**

O resultado deve ser interpretado com cautela. O bônus de Itaipu produz um efeito favorável sobre as contas de energia, mas **é temporário e tende a ser revertido posteriormente**. Portanto, a deflação de agosto não significa, isoladamente, que o processo inflacionário esteja definitivamente controlado.

INFLAÇÃO APRESENTA ALÍVIO, MAS EXIGE CAUTELA

- **COMPOSIÇÃO DA INFLAÇÃO AINDA MERECE ATENÇÃO**

Apesar do número cheio favorável, as matérias destacam preocupação com a inflação de **serviços e componentes menos voláteis**. Esse comportamento será mais relevante para o Banco Central do que uma única leitura mensal negativa.

- **EFEITO SOBRE A SELIC**

O IPCA-15 de agosto **reforça o espaço para continuidade da redução gradual da Selic**. Entretanto, não é suficiente para justificar uma aceleração dos cortes: o Banco Central continuará observando inflação subjacente, expectativas, câmbio, cenário fiscal e condições externas.

EM DESTAQUE

“A deflação de agosto é uma boa notícia, mas deve ser interpretada com cautela: parte relevante da queda decorreu de fatores temporários. A tendência da inflação subjacente será determinante para a velocidade dos próximos cortes da Selic.”

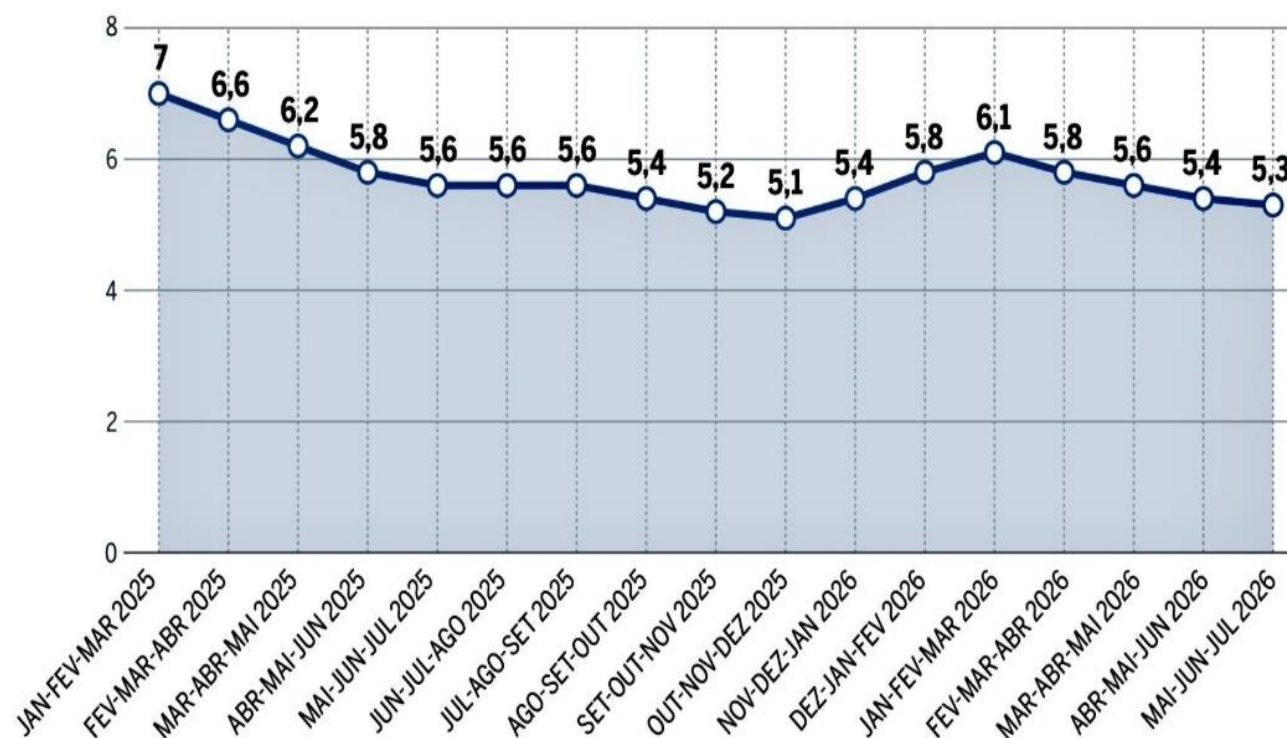
DESEMPREGO



Desemprego recua para 5,3% em julho, menor taxa já registrada para o período

Número de ocupados bate recorde. Aumento do emprego foi puxado por vagas informais e construção civil. Rendimento médio foi de R\$ 3.762, levemente abaixo dos últimos meses

Desemprego segue em baixa (em %)



*NA SEMANA DE REFERÊNCIA, DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE

FONTE: IBGE

Jornal GLOBO 28-ago

VINICIUS NEDER
vinicius.neder@oglobo.com.br

Com mais pessoas trabalhando, a taxa de desemprego se manteve nas mínimas históricas, com 5,3% no trimestre móvel encerrado em julho, informou ontem o IBGE. É o menor nível para esse período na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012, abaixo dos 5,6% de igual período de 2025, mas o rendimento médio ficou ligeiramente abaixo dos meses anteriores, um dos sinais recentes de esfriamento do mercado de trabalho, segundo economistas.

A queda no desemprego foi puxada pela geração de empregos, conforme a evolução no total de ocupados, que voltou a registrar recorde máximo, com 103,3 milhões trabalhadores. Em um ano, são 900 mil empregos a mais, entre formais e informais; em um trimestre, 1 milhão a mais, revelou o IBGE.

DESEMPREGO



Mercado de trabalho Pnad contínua

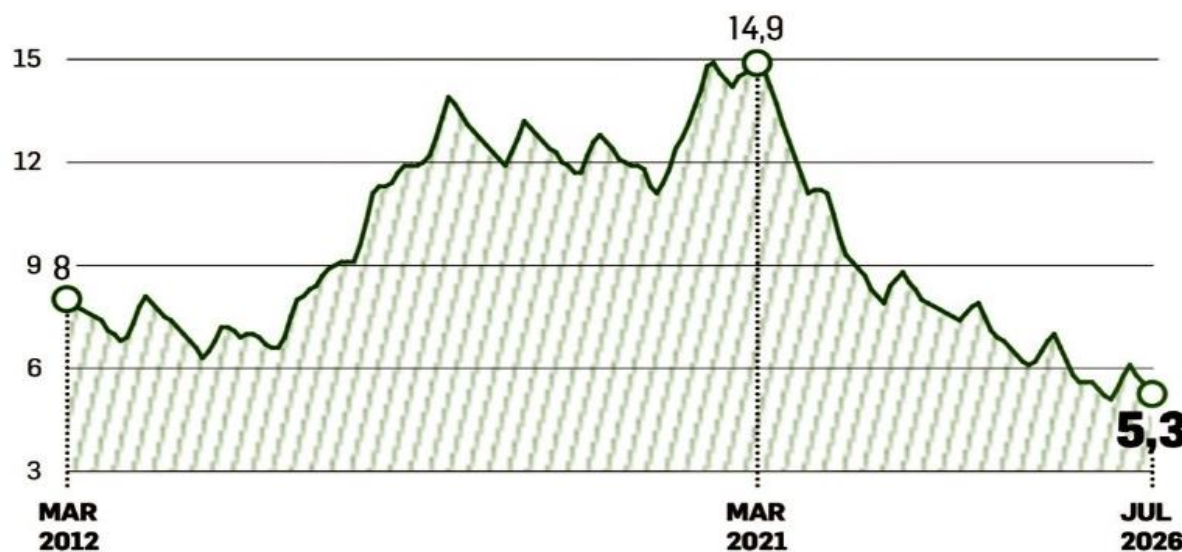
Taxa de desemprego cai a 5,3% e é a menor da série histórica do IBGE

DESEMPREGO NO BRASIL

Jornal ESTADÃO 28-ago

Taxa de desocupação, segundo os dados da Pnad Contínua

POR TRIMESTRE MÓVEL*, EM PORCENTAGEM



*EM RELAÇÃO AOS TRÊS MESES IMEDIATAMENTE ANTERIORES

FONTE: IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Dado se refere ao trimestre encerrado em julho, inferior aos 5,8% do trimestre até abril; renda média teve queda de 0,7% no período

RIO
SÃO PAULO

A desocupação no País ficou em 5,3% no trimestre até julho, o menor nível para o mês desde o início da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), em janeiro de 2012. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A manutenção da taxa de desemprego em mínimas históricas sinaliza um mercado de trabalho forte, com implicações para a inflação e para os juros, avaliam economistas ouvidos pelo *Estadão/Broadcast*.

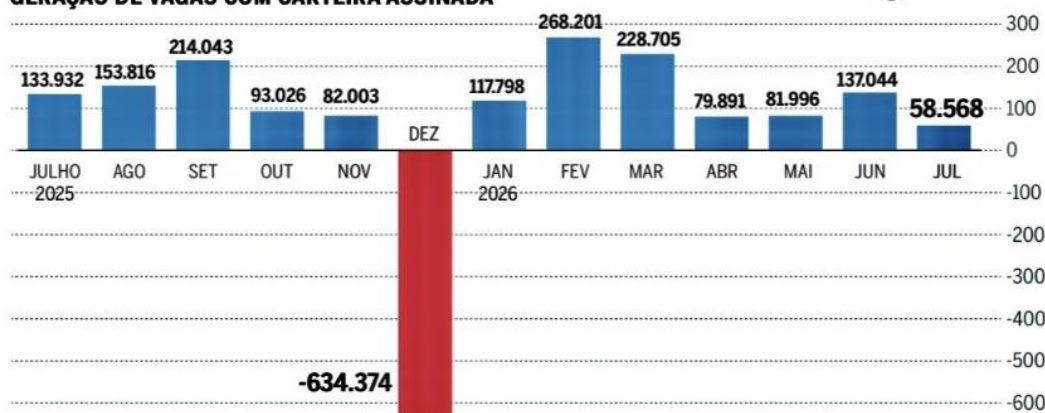
O resultado de julho veio em linha com as expectativas do mercado.

Foram criadas 58,5 mil vagas formais em julho, menos 56% frente a 2025

Comércio cortou 2 mil postos no mês. No ano, houve geração de 972,2 mil empregos com carteira assinada no país

Veja o comportamento do mercado

GERAÇÃO DE VAGAS COM CARTEIRA ASSINADA



FONTE: CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

THAÍF BARCELLOS

thais.barcellos@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA

O Brasil gerou 58,5 mil empregos formais em julho, informou ontem o Ministério do Trabalho e Emprego, uma queda de 56,3% em relação ao mesmo mês de 2025. O resultado ficou bastante abaixo da expectativa de mercado, de geração de 114 mil, inclusive menor que o piso das projeções (que era de 90,5 mil). O número do mês passado também foi o mais baixo para os meses de julho desde 2020, quando teve início a atual série histórica do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

No ano, 972,2 mil empregos foram criados, número que é 21% menor do que o registrado no mesmo período de 2025. Em julho do ano passado, a geração foi de 1,22 milhão.

MERCADO DE TRABALHO FORTE, MAS COM SINAIS DE DESACELERAÇÃO

- **DESEMPREGO EM MÍNIMA HISTÓRICA**

A taxa de desemprego recuou para **5,3% em julho**, menor nível da série histórica do IBGE para o período. O número de pessoas ocupadas também atingiu recorde, confirmando um mercado de trabalho ainda bastante aquecido.

- **RENDA CONTINUA EM PATAMAR ELEVADO**

O rendimento médio do trabalhador ficou em aproximadamente **R\$ 3.762**, contribuindo para sustentar a renda disponível e o consumo das famílias.

- **MAS A CRIAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS PERDEU FORÇA**

Foram abertas apenas **58,5 mil vagas formais em julho**, resultado **56% inferior ao registrado no mesmo mês de 2025**. O comércio, inclusive, apresentou fechamento de aproximadamente 2 mil postos de trabalho.

- **O ACUMULADO DO ANO AINDA É POSITIVO**

Apesar da desaceleração de julho, foram criados cerca de **972 mil empregos com carteira assinada no acumulado do ano**, indicando que ainda não há uma deterioração generalizada do mercado de trabalho.

- **OS DOIS INDICADORES NÃO SÃO CONTRADITÓRIOS**

A taxa de desemprego e o Caged medem aspectos diferentes. O desemprego pode permanecer historicamente baixo enquanto **o ritmo de criação de novos empregos formais diminui**. É justamente essa combinação que merece atenção nos próximos meses.

MERCADO DE TRABALHO FORTE, MAS COM SINAIS DE DESACELERAÇÃO

- **IMPACTO SOBRE A POLÍTICA MONETÁRIA**

Um mercado de trabalho ainda aquecido sustenta renda e consumo e pode manter pressão principalmente sobre a **inflação de serviços**. Por outro lado, a desaceleração das novas contratações formais pode ser um primeiro sinal de que os juros elevados estão começando a produzir efeitos mais visíveis sobre a atividade econômica.

EM DESTAQUE

“O mercado de trabalho brasileiro permanece forte, com desemprego em mínima histórica, mas a forte desaceleração na criação de vagas formais indica perda de dinamismo e merece acompanhamento nos próximos meses.”

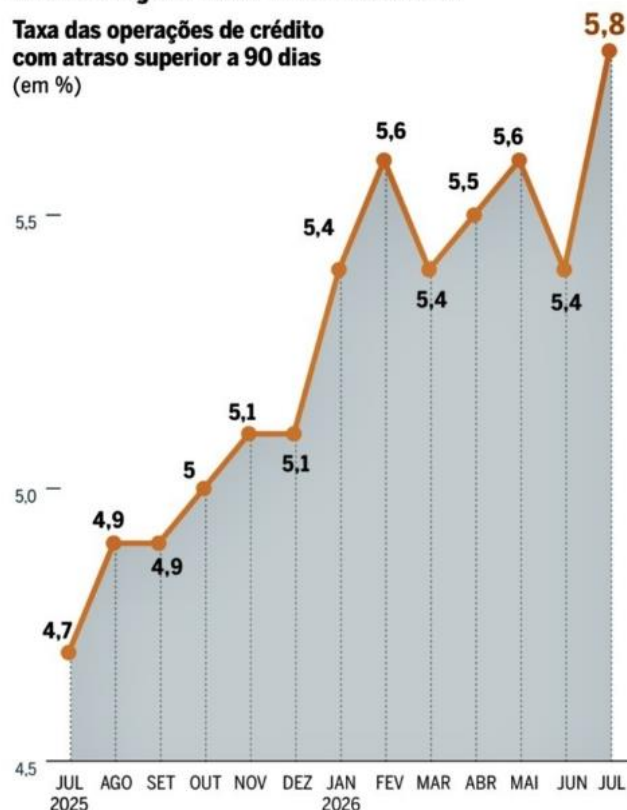
ENDIVIDAMENTO

INADIMPLÊNCIA RECORDE

Índice sobe para 5,8%. Famílias já comprometem 28,9% da renda com dívidas

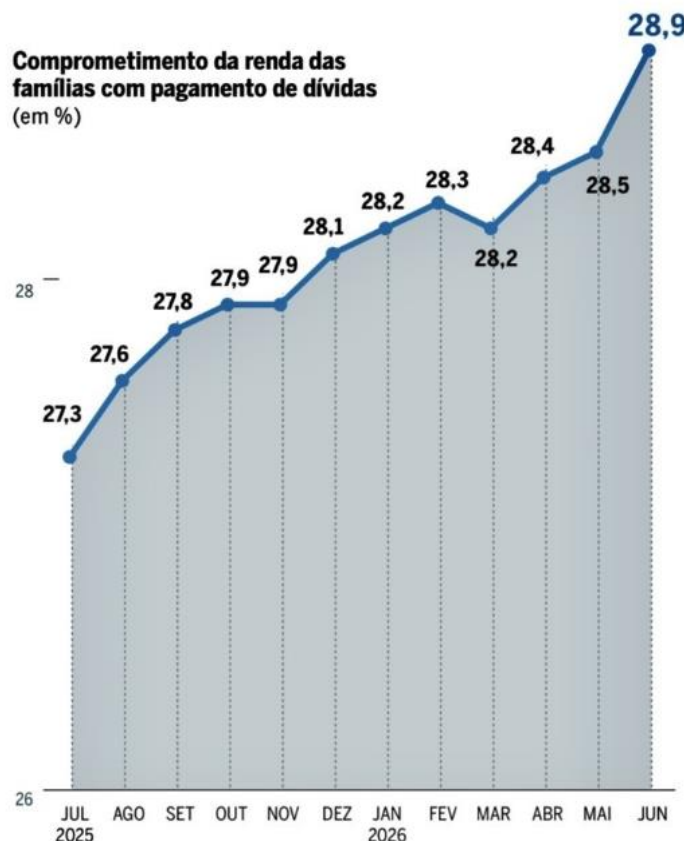
A evolução dos indicadores

Taxa das operações de crédito com atraso superior a 90 dias (em %)



FONTE: BANCO CENTRAL

Comprometimento da renda das famílias com pagamento de dívidas (em %)



Jornal GLOBO 29-ago

THAÍS BARCELLOS

thais.barcellos@bsb.orglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO

A inadimplência das famílias foi recorde em julho, segundo dados do Banco Central (BC) divulgados ontem. A parcela das operações com atraso superior a 90 dias subiu de 5,4% em junho para 5,8% em julho, o maior patamar desde março de 2011. O aumento ocorre mesmo com o programa Desenrola 2.0, lançado em maio pelo governo para renegociação de dívidas das famílias com juros menores que termina este mês.

No crédito livre, modalidade em que os juros são pactuados livremente entre o banco e o tomador do empréstimo, o número é ainda maior: passou de 7,4% para 7,8%, também a maior taxa da série histórica. Da mesma forma, a inadimplência pessoa física foi recorde no crédito direcionado, com alta de 3% para 3,4%. O comportamento das famílias influenciou a inadimplência geral, que também alcançou o maior nível da série histórica em julho, de 4,9%, contra 4,6% em junho.

Empresas Proteção na Justiça

Jornal ESTADÃO 26-ago

Grandes empresas em recuperação têm dívidas que beiram R\$ 180 bi

Depois de mudança na lei, pedidos à Justiça dispararam; segundo consultoria RGF, há 70 outras que podem entrar em recuperação

CRISTIANE BARBIERI

As grandes companhias brasileiras que pediram recuperação judicial e extrajudicial nos últimos dois anos têm dívidas somadas que beiram os R\$ 180 bilhões. O pedido de recuperação extrajudicial da Braskem, com endividamento total de R\$ 56,5 bilhões, aprovado pelo conselho na segunda-feira, tornou-se o segundo maior do período, atrás apenas da Raízen, cujas dívidas totalizam R\$ 65 bilhões, e que também entrou em recuperação extrajudicial.

GIGANTES EM XEQUE

Grandes empresas têm apelado a recuperações bilionárias para renegociar dívidas

EMPRESA	TIPO DE PROCESSO	DATA DO PEDIDO	SETOR ECONÔMICO	VALOR DA DÍVIDA EM BILHÕES DE REAIS
RAÍZEN	EXTRAJUDICIAL	JUL/2025	AÇÚCAR, ETANOL E COMBUSTÍVEIS	65
BRASKEM	EXTRAJUDICIAL	AGO/2026	PETROQUÍMICA	56,5
GRUPO CASAS BAHIA	JUDICIAL	AGO/2026	VAREJO DE ELETRODOMÉSTICOS	17,3
INTERCEMENT	JUDICIAL	DEZ/2024	CIMENTO	14,2
AMBIPAR	JUDICIAL	OUT/2025	GESTÃO AMBIENTAL / ESG	10,5
ONCOCLÍNICAS	EXTRAJUDICIAL	AGO/2026	SAÚDE / ONCOLOGIA	5,1
GRUPO PÃO DE AÇÚCAR (GPA)	EXTRAJUDICIAL	MAR/2026	SUPERMERCADOS / ALIMENTOS	4,6
AGROGALAXY	JUDICIAL	SET/2024	AGRONEGÓCIO E INSUMOS	4,6
TOTAL				177,8

FONTE: EMPRESAS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Dívida pública sobe a 82,5% do PIB, maior patamar desde abril de 2021

Em julho, o setor público consolidado, que abrange governo federal, estados, municípios e estatais registrou superávit primário de R\$ 1,4 bilhão. Conta não inclui bancos públicos e Petrobras

THAÍS BARCELLOS
thais.barcellos@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O endividamento público segue em trajetória de alta. A dívida bruta do governo atingiu 82,5% do PIB em julho, alcançando R\$ 10,9 trilhões, segundo dados divulgados pelo Banco Central. Em julho, houve aumento de 0,6 ponto percentual em relação ao mês anterior. Esse é o maior nível desde abril de 2021, período em meio à pandemia da Covid-19, quando o endividamento do setor público totalizou 82,6% do PIB.

O cálculo leva em conta o governo federal, os estados e os municípios. A alta mensal decorreu, principalmente, dos juros nominais apropriados e das emissões líquidas de dívida. Este é um dos principais indicadores econômicos observados pelos investidores na avaliação da saúde das contas.

Jornal GLOBO 01-set

A evolução do endividamento

A dívida pública em % do PIB



ENDIVIDAMENTO: FAMÍLIAS, EMPRESAS E SETOR PÚBLICO SOB PRESSÃO

• FAMÍLIAS — INADIMPLÊNCIA EM NÍVEL RECORDE

A inadimplência das famílias atingiu **5,8% em julho**, maior nível da série apresentada. Ao mesmo tempo, o comprometimento da renda com pagamento de dívidas alcançou **28,9%**, evidenciando o peso dos juros elevados sobre o orçamento familiar.

• JUROS ALTOS COMEÇAM A APARECER NA QUALIDADE DO CRÉDITO

Mesmo com o mercado de trabalho ainda forte, o aumento da inadimplência mostra que parte das famílias encontra dificuldade crescente para administrar suas obrigações financeiras. Isso ajuda também a compreender a **queda de 0,4% do consumo das famílias no PIB do 2º trimestre**, comentada anteriormente nesta Resenha.

• EMPRESAS — RECUPERAÇÕES ATINGEM VALORES EXPRESSIVOS

Grandes companhias em recuperação judicial ou extrajudicial acumulam aproximadamente **R\$ 178 bilhões em dívidas**. Além disso, a matéria aponta outras empresas que poderão recorrer à recuperação, indicando que o problema não está restrito a companhias de pequeno porte.

• RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL GANHA RELEVÂNCIA

Chama atenção a presença de grandes empresas utilizando também a **recuperação extrajudicial** para renegociar passivos. O movimento mostra a crescente importância de soluções negociadas de reestruturação financeira antes que a situação empresarial se deteriore ainda mais.

ENDIVIDAMENTO: FAMÍLIAS, EMPRESAS E SETOR PÚBLICO SOB PRESSÃO

- **DÍVIDA PÚBLICA VOLTA A PREOCUPAR**

A dívida bruta do governo alcançou **82,5% do PIB em julho**, equivalente a aproximadamente **R\$ 10,9 trilhões**, maior proporção desde abril de 2021. Mesmo com superávit primário no mês, o elevado custo dos juros continua pressionando a dinâmica da dívida.

- **O PONTO DE CONEXÃO É O CUSTO DO DINHEIRO**

Famílias, empresas e governo estão sendo afetados, de maneiras diferentes, por um ambiente prolongado de **juros elevados**. Para famílias e empresas, isso significa maior custo do crédito e dificuldade de refinanciamento; para o governo, significa maior despesa financeira e pressão sobre a trajetória da dívida pública.

EM DESTAQUE

“O elevado custo do dinheiro já produz efeitos simultâneos sobre famílias, empresas e setor público: aumenta a inadimplência, dificulta a reestruturação das dívidas corporativas e pressiona a trajetória da dívida pública.”

“Esse quadro reforça a necessidade de redução da Selic, mas, paradoxalmente, a própria deterioração fiscal limita o espaço para que essa redução ocorra de forma mais rápida.”

Juros para países ricos financiarem dívida atingem níveis recordes

Mercado financeiro global cobra taxas elevadas em meio à piora das contas públicas de EUA, Japão e nações europeias

Da Bloomberg News*
NOVA YORK, LONDRES E TÓQUIO

Uma onda global de venda de títulos públicos se intensificou ontem, elevando os custos de financiamento de algumas das maiores economias do mundo aos níveis mais altos em décadas. A percepção dos investidores globais é de piora generalizada nas contas públicas de países ricos já muito endividados, especialmente dos Estados Unidos e do Japão.

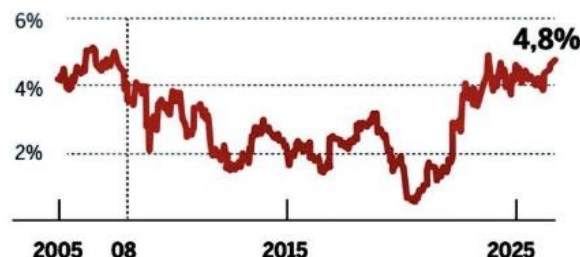
O mercado está exigindo retornos mais altos para financiar dívidas dos países por causa de déficits orçamentários insustentáveis e de poucas medidas para melhorar a situação. O cenário se agrava diante da disparada do petróleo e dos temores de que bancos centrais terão que subir os juros, o que tende a elevar ainda mais o endividamento.

Taxas dos títulos de 10 anos

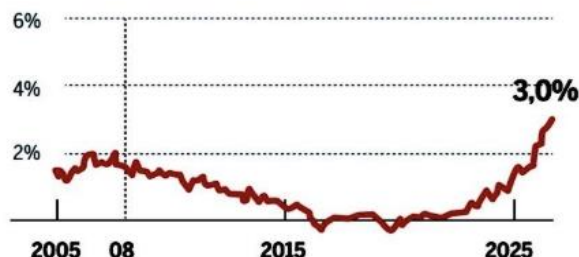
(Em % ao ano)



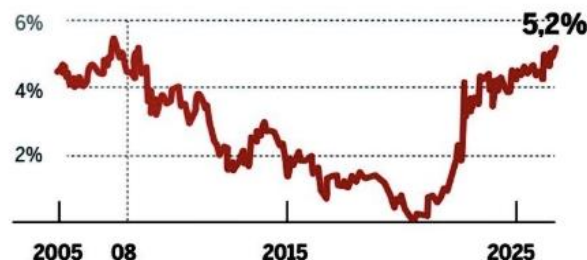
EUA



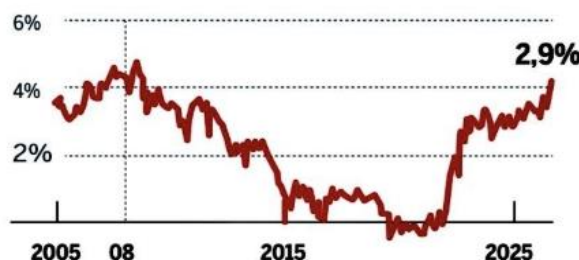
Japão



Grã-Bretanha



França



FONTE: NYT E BLOOMBERG NEWS

O GLOBO | Quinta-feira 3.9.2026

Jornal GLOBO 03-set

VINICIUS NEDER
vinius.neder@globo.com.br

Desequilíbrio fiscal dos EUA leva turbulência aos mercados

Inflação e juros mais altos em vários países e papel do dólar como reserva global em xeque complicam situação do Brasil. Economistas dizem que país precisa de ajuste nas contas

Os EUA, assim como outras economias desenvolvidas, estão se juntando ao Brasil no desequilíbrio crônico das contas do governo. O quadro de contas no vermelho se agravou desde a pandemia: a dívida pública americana bateu em US\$ 40 trilhões e, nas últimas semanas, os juros dos títulos atingiram os maiores níveis em duas décadas, espalhando turbulências pelos mercados globais.

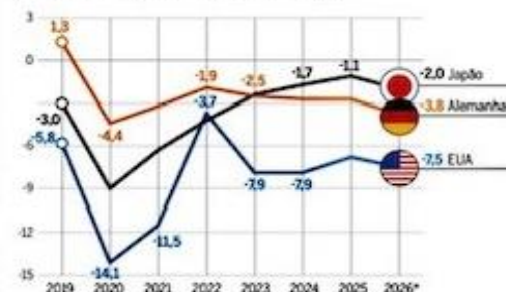
As consequências são, no mínimo, inflação e juros mais altos por todas as partes, enquanto a posição do dólar como reserva global fica cada vez mais em xeque, dizem economistas ouvidos pelo GLOBO. Seria um motivo a mais para perseguir um ajuste no Brasil. Um mundo de inflação e juros mais altos pressiona preços e custo do crédito por aqui.

Isso porque os treasuries, como são chamados no mercado os papéis da dívida pública americana, são o piso de referência para a renda fixa no mundo todo. Nos pregões dos últimos dias, a taxa dos títulos de 30 anos voltou a rondar níveis pouco acima de 5% ao ano, os mais altos em duas décadas, atingido duas semanas atrás, quando o secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, anunciou um aumento nas intervenções.

Governos no vermelho

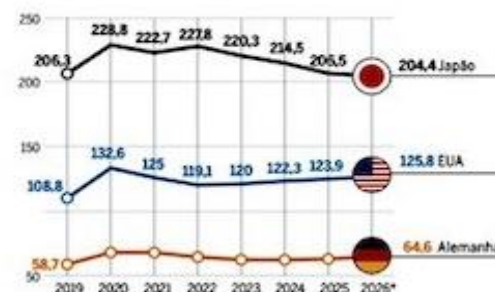
ROMBOS NAS CONTAS CRESCEM

(Resultado nominal, que é o saldo entre receitas e despesas públicas incluindo gastos com juros, em % do PIB)



DÍVIDAS NÃO PARAM DE SUBIR

(Dívida pública bruta total, como proporção do PIB, em %)

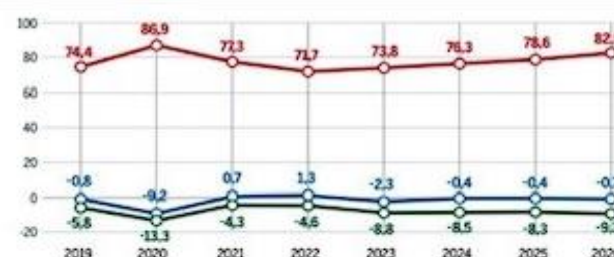


E O BRASIL?

○ Dívida pública bruta total (como proporção do PIB, em %)

○ Resultado primário (saldo entre receitas e despesas públicas, sem contar gastos com juros, em % do PIB)

○ Resultado nominal (saldo entre receitas e despesas públicas incluindo gastos com juros, em % do PIB)



Fonte: FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI) E BANCO CENTRAL (BC). NO CASO DOS DADOS DO BRASIL.

* PROJEÇÃO

** RESULTADO ACUMULADO EM 12 MESES ATÉ JULHO

Índice de inflação preferido do Fed tem alta de 3,7% ao ano em julho nos EUA

Jornal VALOR 27-ago

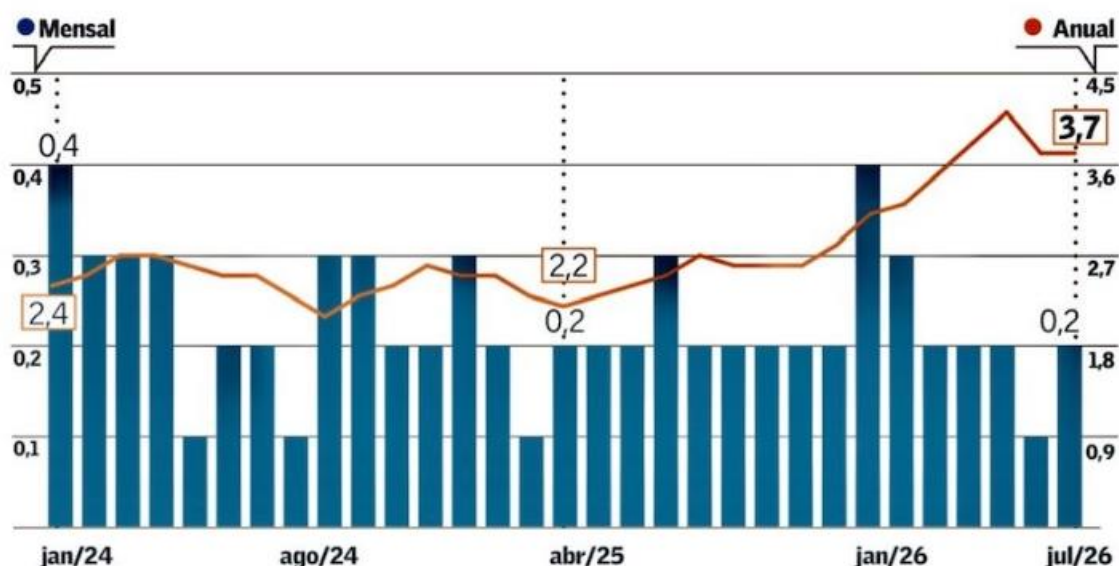
Associated Press

O principal índice de inflação ao consumidor acompanhado pelo Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA), mostrou alta de 3,7% ao ano em julho, no mesmo ritmo observado no mês anterior, de acordo com dados divulgados ontem pelo Departamento do Comércio.

A inflação no país mostrou aceleração desde que EUA e Israel atacaram o Irã, no fim de fevereiro, quando o índice estava em 2,9% ao ano. Assim, o chamado PCE, índice de referência para o Fed, permanece bem acima da meta oficial de inflação, de 2%.

Preços sob pressão nos EUA

Variações do PCE, métrica preferida do Fed - em %



Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics. Elaboração: Valor Data

ECONOMIA MUNDIAL - DÍVIDA, JUROS E INFLAÇÃO AUMENTAM OS RISCOS

• JUROS DE LONGO PRAZO EM NÍVEIS ELEVADOS

Os mercados passaram a exigir retornos maiores para financiar governos altamente endividados. Os títulos públicos de 10 anos apresentam taxas próximas de **4,8% nos EUA, 5,2% na Grã-Bretanha, 3,0% no Japão e 2,9% na França**, evidenciando aumento do custo de financiamento das principais economias.

• O PROBLEMA FISCAL NÃO É EXCLUSIVIDADE DO BRASIL

Estados Unidos, Japão e outras economias desenvolvidas também enfrentam déficits elevados e crescimento da dívida pública. Nos EUA, a dívida pública projetada alcança aproximadamente **125,8% do PIB**, enquanto no Japão supera **200% do PIB**.

• MERCADOS PASSAM A COBRAR UM “PRÊMIO” MAIOR

Quanto maior a percepção de risco fiscal, maior tende a ser a remuneração exigida pelos investidores para comprar títulos públicos. Isso aumenta a despesa com juros e pode criar um círculo preocupante: **mais dívida → juros maiores → maior custo da dívida → necessidade de novo financiamento**.

• INFLAÇÃO AMERICANA CONTINUA SENDO O GRANDE DESAFIO DO FED

O PCE, indicador de inflação acompanhado com especial atenção pelo Federal Reserve, registrou **3,7% em 12 meses em julho**, permanecendo significativamente acima da **meta de 2%**.

• FED ENFRENTA UMA ESCOLHA DIFÍCIL

A persistência da inflação limita a possibilidade de redução dos juros americanos e, como vimos nas matérias anteriores, trouxe novamente ao debate até mesmo a possibilidade de **elevação das taxas**. Ao mesmo tempo, juros maiores aumentam o custo de financiamento de uma dívida pública americana já elevada.

ECONOMIA MUNDIAL - DÍVIDA, JUROS E INFLAÇÃO AUMENTAM OS RISCOS

• REPERCUSSÕES PARA O BRASIL

Juros elevados nos EUA e nos demais países desenvolvidos tornam seus títulos públicos mais atraentes, podendo reduzir o fluxo de recursos para mercados emergentes. Para o Brasil, isso pode significar **pressão sobre o câmbio, maior prêmio de risco e menor espaço para redução rápida da Selic.**

EM DESTAQUE

“A combinação de dívida pública elevada, inflação persistente e juros de longo prazo em alta aumenta a vulnerabilidade das principais economias e torna o cenário financeiro internacional mais desafiador para os países emergentes.”

“Para o Brasil, a queda da Selic não depende apenas da melhora da inflação doméstica: depende também de um ambiente internacional que permita ao Banco Central reduzir os juros sem provocar pressão excessiva sobre o câmbio.”

THAÍS BARCELLOS
thaïs.barcellos@bcb.org.br
BRASÍLIA

O Banco Central (BC) avalia exigir das instituições financeiras mais tempo de análise (até 72 horas) para creditar na conta de um cliente os recursos resultantes de transações de alto valor realizadas por Pix durante a madrugada. A discussão ainda é inicial e não há definição de valores nem horários específicos, mas a intenção da autoridade monetária é criar espaço e afinar o critério para identificar fraudes em análises mais detalhadas de transações suspeitas para reduzir crimes como golpes digitais, fraudes, roubos e transferências forçadas por sequestros relâmpagos.

A preocupação com a madrugada vem de ser um período em que há menor vigilância humana do sistema, com equipes de segurança reduzidas nas instituições envolvidas.

O Pix é um sistema instantâneo de transferências, mas, atualmente, bancos e fintechs já são obrigados a "segurar" transações quando suspeitam de operação fraudulenta. No caso da instituição pagadora, há um prazo adicional de 60 minutos para a análise antes do envio efetivo do dinheiro transferido por Pix. No lado receptor, há um bloqueio cautelar pelo banco: a cifra é acusada, mas o recurso fica bloqueado na conta do cliente por até 72 horas. Após a análise mais detalhada, se a transação for considerada fraudulenta, o dinheiro é devolvido.

REFORÇO NA SEGURANÇA

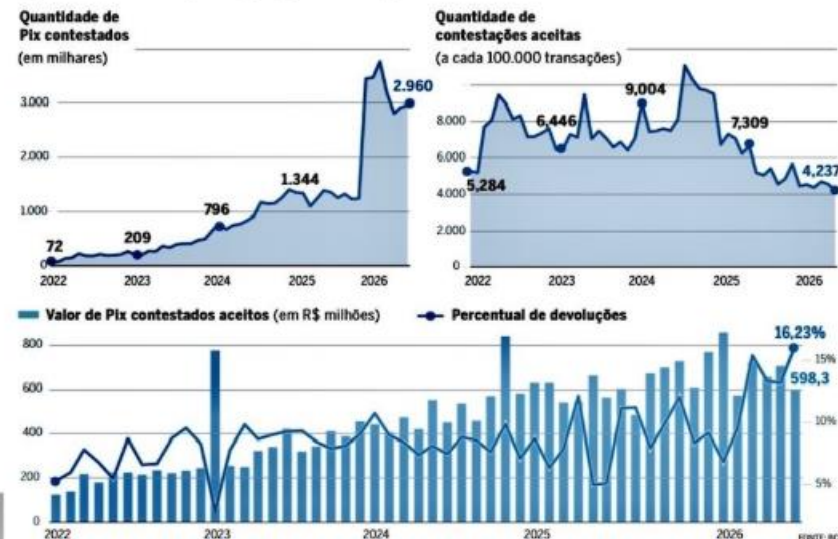
Jornal GLOBO 24-ago

PARA BARRAR FRAUDES NO PIX

Banco Central estuda obrigar bancos a 'segurar' transações de alto valor na madrugada

Evolução do número de contestações do sistema

Regulador concentra esforços na segurança do meio de pagamento



SÍNTESE GERAL DESTA RESENHA



- **ATIVIDADE ECONÔMICA PERDE FORÇA**

O PIB continuou crescendo no 2º trimestre, porém em ritmo menor. A queda do consumo das famílias e o baixo crescimento da indústria e dos serviços indicam **desaceleração da economia**.

- **INFLAÇÃO MELHORA, MAS AINDA EXIGE CAUTELA**

A deflação do IPCA-15 foi positiva e a inflação em 12 meses retornou ao intervalo de tolerância. Entretanto, parte desse resultado decorreu de fatores temporários e a **inflação de serviços continua merecendo atenção**.

- **MERCADO DE TRABALHO AINDA FORTE, MAS COM SINAIS DE DESACELERAÇÃO**

O desemprego permanece em mínima histórica, porém a forte redução no ritmo de criação de empregos formais pode indicar que os **juros elevados começam a produzir efeitos mais intensos sobre a atividade**.

- **ENDIVIDAMENTO É UM DOS PRINCIPAIS PONTOS DE ATENÇÃO**

Famílias apresentam aumento da inadimplência, empresas enfrentam dificuldades financeiras e crescimento das recuperações, enquanto a dívida pública brasileira permanece elevada. O **alto custo do dinheiro afeta simultaneamente famílias, empresas e governo**.

- **CENÁRIO INTERNACIONAL TORNOU-SE MAIS DESAFIADOR**

Nos Estados Unidos, a inflação permanece acima da meta e o Federal Reserve voltou a admitir a possibilidade de elevar os juros. Paralelamente, o aumento das dívidas públicas e dos juros de longo prazo amplia os riscos nas principais economias.

- **SELIC — ESPAÇO PARA QUEDA, MAS SEM PRESSÃO**

A desaceleração da atividade e a melhora da inflação favorecem a continuidade da redução da Selic. Entretanto, câmbio, situação fiscal brasileira e juros elevados nos EUA limitam a velocidade dos cortes.

CONCLUSÃO

“A economia brasileira entra no segundo semestre com inflação mais favorável e atividade ainda positiva, porém em desaceleração. O cenário permite a continuidade da redução gradual da Selic, mas o elevado endividamento, as incertezas fiscais e um ambiente internacional de juros altos recomendam cautela. Para empresas e famílias, a redução do custo do crédito deverá ocorrer de forma lenta e gradual.”

Ailton Leite

RESENHA ECONÔMICA

Realização:



Curadoria:

Ailton Leite e Roberto Vertamatti

Vice-Presidência do Núcleo Economia da ADVB

Lívio Giosa

Presidente da ADVB

*Esta publicação possui finalidade exclusivamente educacional e informativa.
As notícias, imagens, gráficos e demais conteúdos de terceiros são utilizados como referência
para análise e debate econômicos, mantendo-se os respectivos direitos autorais de seus titulares.*